



CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO – UNILEÃO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

SÉFORA LESSA LIMA

**A INFLUÊNCIA DO DISCURSO NO COMPORTAMENTO DE MULHERES  
NORDESTINAS FRENTE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO**

Juazeiro do Norte - CE  
2020

SÉFORA LESSA LIMA

**A INFLUÊNCIA DO DISCURSO NO COMPORTAMENTO DE MULHERES  
NORDESTINAS FRENTE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, como requisito para a obtenção do grau de bacharelado em Psicologia.

Juazeiro do Norte - CE  
2020

SÉFORA LESSA LIMA

**A INFLUÊNCIA DO DISCURSO NO COMPORTAMENTO DE MULHERES  
NORDESTINAS FRENTE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do curso de Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, como requisito para obtenção de grau de Bacharelado em Psicologia.

Aprovado em: 14/12/2020

**BANCA EXAMINADORA**

---

Me. Francisco Francinete Leite Junior  
Orientador

---

Me. Jéssica Queiroga de Oliveira  
Avaliadora

---

Me. Moema Alves Macedo  
Avaliadora

# A INFLUÊNCIA DO DISCURSO NO COMPORTAMENTO DE MULHERES NORDESTINAS FRENTE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Séfora Lessa Lima<sup>1</sup>  
Francisco Francinete Leite Júnior<sup>2</sup>

## RESUMO

Este estudo teve como objetivo fomentar discussões acerca da influência de discursos sociais na constituição do ser mulher, relegado como um elemento desconhecido, secundário e oprimido e de como tais formações discursivas contribuem, mantêm e naturalizam a condição de violência contra a mulher, no contexto patriarcal que organiza o imaginário social. Este trabalho buscou compreender qual a influência do discurso social no comportamento de mulheres nordestinas, frente à violência de gênero a partir da literatura científica. Para isso, esse artigo se utilizou de pesquisa bibliográfica com critérios de inclusão de artigos acadêmicos com publicações de 2010 ao ano de 2019, foram selecionados 25 artigos e 19 livros como bases. E critério de exclusão todo material que não se enquadre na descrição dos critérios de inclusão. Pode-se perceber nos resultados desta pesquisa a ligação entre os discursos sociais emitidos sobre a mulher e a violência que esta sofre, sendo a mulher colocada socialmente como objeto do gozo masculino. Romper com os discursos aceitos e confirmados socialmente sobre o ser mulher não é uma tarefa simplória, uma vez que socioculturalmente a base histórica é reafirmada pelo patriarcado machista, que reduz o ser feminino como sendo incapaz, frágil e que não consegue ser aceita e afirmada sem um homem ao seu lado. Cabe a psicóloga(o) transformar tais visões, rompendo o ideal de imaginário social do ser mulher. Sendo a categoria profissional predominantemente feminina, a psicologia traz uma representatividade marcante que através de um processo psicoeducativo pode vir a contribuir para um novo discurso no tocante ao ser mulher. Para tal, necessita-se ainda de muita pesquisa e estudos ligando as temáticas, discurso social e sua influência sobre a violência contra a mulher.

**Palavras-chave:** Violência de gênero. Mulher Nordestina. Discurso social. Psicologia.

## ABSTRACT

Intending to encourage discussions about the influence of social discourses in the constitution of being a woman, relegated as an unknown, secondary and oppressed element and how such discursive formations contribute, maintain and naturalize the condition of violence against women, in the patriarchal context that organizes the imaginary Social. This work aims to understand the influence of social discourse on the behavior of women from the Northeast, in the face of gender violence. For this, this article used a bibliographic search with criteria for inclusion of academic articles with publications from 2010 to the year 2019, 25 articles and 19 books were selected as bases. Exclusion criteria are all material that does not fit the description of the inclusion criteria. It can be seen in the results of this research the link between the social discourses issued about women and the violence they suffer, with women being socially placed as the object of male enjoyment. Breaking with the accepted and socially confirmed speeches about being a woman is not a simple task, since the sociocultural

---

<sup>1</sup>Concludente do curso de Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO. E-mail: seforalessa19@outlook.com

<sup>2</sup>Orientador – Professor Mestre do curso de Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO. E-mail: francinetejunior@leaosampaio.edu.br

basis of history is reaffirmed by the macho patriarchy, which reduces the female being as being incapable, fragile and that cannot be accepted and affirmed without a man at your side. It is up to the psychologist (o) to transform such views, breaking the ideal of the social imaginary of being a woman. As the professional category is predominantly female, psychology brings a remarkable representativeness that through a psychoeducational process I have come to contribute to a new discourse with regard to being a woman. To this end, much research and studies are needed linking the themes, social discourse and its influence on violence against women.

**Keywords:** Gender violence. Northeastern woman. Social discourse. Psychology.

## 1 INTRODUÇÃO

Para analisar os discursos, segundo a perspectiva de Foucault (1996), é necessário eximir-se das explicações homogêneas, interpretações simplistas e das buscas pelos sentidos ocultos, presentes nas produções enunciativas. Isto significa que é necessário trabalhar com o próprio discurso, compreendendo os poderes associados a ele e os efeitos de verdade produzidos.

Desse modo, é importante pensar sobre o que se pode conceber como discurso e como é constituída sua relação com o sujeito fundamentada a partir das perspectivas dos estudos foucaultianos e da dimensão dialética proposta por Fairclough (2001).

É perceptível que as histórias das sociedades, por vezes, foram contadas e/ou transmitidas por grupos seletos de atores sociais, no qual muitos deles possuíam poder e controle dos seus acontecimentos e dos discursos que eram transmitidos para os demais povos.

Diante disso, Foucault em sua obra *A ordem do discurso* demonstra dentre outras coisas, como o discurso exerce uma função de controle, de limitação e validação das regras de poder em diferentes períodos históricos e grupos sociais (FOUCAULT, 1996).

Tais pressupostos chamaram a atenção para a pesquisa no presente trabalho, tendo aqui, como ponto de partida os discursos que permeiam os gêneros e o que demarcou em especificidade, a cultura do gênero feminino, afinamento da cultura do feminino, a cultura específica da mulher nordestina.

Azerêdo (2011) aborda a construção dos discursos de gêneros, em específico e que aqui se busca discorrer, o feminino, demarcado, para atender aos interesses dos discursos como produções mantenedoras de relações de poder, tendo na divisão dos gêneros, uma supremacia do masculino, partindo da premissa de uma organização social entre sexos biológicos.

Em um breve percurso histórico, nota-se que a mulher foi relegada a um lugar de subserviência, inferioridade e exclusão, condições estas que contribuíram para a construção da mulher em torno do papel masculino, colocando-a em uma situação de dominação por este.

Desse modo, permitindo-se pensar como o “ser mulher” se expressa na mulher nordestina, observou-se que este imaginário e papel social também vai se constituir, permeado por uma sociedade patriarcal dada, com diferenças entre papéis masculinos e femininos (AZEVEDO; DUTRA, 2019). O que se leva a observar nessa subjetividade feminina, que compreendida como submissa, irá manter possíveis condições de violência, na qual muitas destas se mantêm devido a uma estrutura social que reafirma essa dominação de seus gêneros opostos, agressores (FONSECA et al. 2012).

Desta forma, a relevância pessoal do tema se constitui na vivência de uma experiência de violência de gênero, que possibilitou a percepção de uma estrutura familiar fundamentada por discursos e comportamentos mantenedores de relações desiguais de poder e de submissão feminina à figura masculina.

A relevância acadêmica do presente artigo se dá na medida em que permite compreender através de conceitos teóricos primordiais o que algumas estudiosas (o)s escrevem sobre a história das mulheres, e como tais narrativas constroem a figura do feminino. Busca-se também uma associação entre o tema e a psicologia no sentido de promover um olhar crítico para uma atuação politizada e engajada, possibilitando uma articulação entre o cultural, o social, o político e o psíquico.

Socialmente, o estudo se faz relevante visto que a violência contra a mulher é um fenômeno multidimensional que apesar da criação de leis, como a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, ainda se registra um aumento no percentual de mulheres agredidas por ex-companheiros de 13% para 37% entre os anos de 2011 e 2019, representando um aumento de 284% de casos (OBSERVATÓRIO..., 2019).

Assim pretende-se fomentar discussões acerca da influência de discursos sociais na constituição do ser mulher, relegado como um elemento desconhecido, secundário e oprimido e de como tais formações discursivas contribuem, mantêm e naturalizam a condição de violência contra a mulher, no contexto patriarcal que organiza o imaginário social.

Portanto, visando compreender qual a influência do discurso social no comportamento de mulheres nordestinas, frente à violência de gênero, o presente trabalho buscou responder à questão: de que forma as construções sociais de papéis e modos de vida feminino, implicam na construção da subjetividade da mulher nordestina vítima de violência de gênero?

Para tanto, se definiu como objetivo geral, compreender a influência das construções sociais de papéis e modos de ser feminino na subjetividade da mulher nordestina vítima de violência de gênero. Como objetivos específicos têm-se: entender os discursos sobre o ser mulher nordestina, discutir as relações entre poder e gênero, e compreender a influência do discurso social nos modos de vida de mulheres nordestinas.

## **2 METODOLOGIA**

O trabalho será elaborado a partir de uma revisão bibliográfica narrativa, de abordagem qualitativa, conforme as definições de Gil (2010, p. 50), “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Foram empregados os seguintes descritores: discurso social, mulher nordestina, violência de gênero e psicologia, selecionados por meio das plataformas Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Google Scholar, Periódicos Capes e livros.

Os critérios de inclusão de artigos acadêmicos adotados foram aqueles com publicações de 2010 ao ano de 2019, publicados no Brasil e inseridos na área temática: a linguagem em discurso, para os livros não houve restrição para data de publicação. A seleção ocorreu após leitura criteriosa. Foram selecionados apenas os textos que atendiam aos critérios de inclusão: publicações que responderam ao estudo, publicadas entre 2010 e 2019, sendo o idioma português. Deste modo, foram selecionados 25 artigos e 19 livros como bases.

Tomou-se ainda enquanto critério de inclusão para este artigo livros e publicações em periódicos científicos de autores que trazem em sua estrutura um discurso sobre as mulheres e o seu poder no tocante a sua identidade e construção social, além de se utilizar das obras de Foucault para analisar tais discursões, sobre sua perspectiva de discurso social, diferenciando o conceito do mesmo na ótica do estruturalismo e pós-estruturalismo.

Para o critério de exclusão foram determinados artigos que não atendiam ao período de publicação entre 2010 e 2019 e aqueles que não traziam a visão de Foucault sobre o discurso e uma representatividade estrutural do discurso sobre a mulher.

Ademais, para a interpretação dos resultados obtidos será utilizada a perspectiva foucaultiana, a partir da análise dos discursos constituídos por ideologias subjacentes e posicionamentos de atores sociais que exercem na sociedade a função mantenedora da ordem social, controlando, limitando e validando as regras de poder nos diferentes grupos sociais e períodos históricos (FOUCAULT, 1996).

Dessa forma, será possível compreender a relação que se estabelece entre poder e ideologia na produção dos discursos sociais sobre o ser mulher e o poder constituinte destes

na construção da sua subjetividade e identidade social, bem como permitirá analisar quais os efeitos que os discursos exercem sobre o comportamento feminino.

### 3 CONCEITUALIZAÇÃO DOS DISCURSOS SOCIAIS

O presente trabalho nesse primeiro momento se ocupará do conceito de discurso, segundo a perspectiva de Foucault. Para o autor é necessário trabalhar com o próprio discurso, compreendendo os poderes associados a ele e os efeitos de verdade produzidos, eximindo-se para isso das explicações homogêneas, interpretações simplistas e das buscas pelos sentidos ocultos, presentes nas produções enunciativas (FOUCAULT, 1996).

Para Foucault (1986) os discursos são constituídos por signos que não apenas qualificam episódios, como revelam e descrevem o que está para além do que se é dito. Esta visão de discurso trazida pelo autor baseia-se na sua visão pós-estruturalista, por eliminar todos os limites que transcendem a estrutura, conduzindo sua noção a uma verdade, profunda e radical de que não há definitivamente nada que venha a pré-determinar forma da próxima estrutura epistêmica, nada que admita o enquadramento de seu devir em um modelo regulatório prévio (MASARO, 2018).

Desse modo, é importante pensar sobre o que se pode conceber como discurso. Na década de 60, começa-se a apreender a materialidade discursiva a partir de seu funcionamento e uso, introduzindo a essa categoria linguística, componentes sociais e pragmáticos. Assim, a partir da análise estabelecida da relação entre sujeito e funcionamento das produções discursivas, podem-se considerar três concepções acerca do discurso (MELO, 2010).

Em perspectivas estruturalistas a noção de discurso é confundida com a de texto, aqui o sujeito é concebido como um reproduzidor e decodificador de um aglomerado de palavras. Por sua vez, segundo Pêcheux (1990), e conforme identificou a teoria marxista, os eventos discursivos assumem a forma de manifestação de ideologias, na qual, o sujeito do discurso atua passivamente como um depositário ideológico.

Por sua vez, Fairclough (2001) compreende os discursos como uma prática reprodutora e ao mesmo tempo transformadora da realidade social. Para o autor a relação sujeito e discurso acontece a partir de uma atividade dialética, na qual, o sujeito do discurso mesmo moldado ideologicamente, também contesta a dominação da sua prática discursiva, ressignificando-a. O discurso para Fairclough molda a sociedade e é por ela moldado.

Pode-se notar a distinção entre os conceitos de discurso de Foucault e Fairclough, sendo este estruturalista, o que diferencia a forma de analisar os discursos sociais para ambos. Para Brahim (2013) o estruturalismo fundamenta-se no princípio de que a língua é definida



como sendo composta por unidades estruturais que representam um determinado nível linguístico, fonético, fonológico, morfológico e sintático, tais elementos se conectam e inter-relacionam-se entre si. Enquanto o pós-estruturalismo visa a alteração de tais padrões pedagógicos, baseando-se com a realidade atual.

Para Foucault (1996), o discurso traz em sua estrutura ideologias subjacentes e posicionamentos de atores sociais que exercem na sociedade a função mantenedora da ordem social, controlando, limitando e validando as regras de poder nos diferentes grupos sociais e períodos históricos. Dessa forma, pode-se entender que a história das sociedades é produzida e/ou transmitida por um seletivo grupo social que também exerce o controle dos acontecimentos e discursos propagados aos povos.

Sendo assim, Michel Foucault supõe que a produção dos discursos envolve processos de interpretação e reorganização, controlados, selecionados e redistribuídos por “certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1996, p. 8-9).

Desse modo, prosseguindo na análise da obra de Foucault (1996), o mesmo ao apontar as dificuldades de se desvencilhar das estratégias de poder dos discursos, refere-se aos procedimentos que visam o controle do que é produzido, por quem é produzido e de como se distribuem as formações discursivas.

No entanto, antes de continuar as discussões concernentes a análise de Foucault, é importante dedicar um espaço de argumentação da teoria de Norman Fairclough acerca das análises das relações entre discurso e processos sociais e culturais.

Fairclough (2001) apresenta o discurso a partir de sua dimensão dialética, na qual molda as estruturas sociais ao mesmo tempo em que é constituído pelas mesmas. Os eventos discursivos aqui são apresentados como práticas multifuncionais, considerando que os mesmos representam a realidade, modificam conhecimentos e crenças, além de estabelecer relações sociais e constituir identidades sociais. Especificando os efeitos multifuncionais das formações discursivas citados acima, primeiro os discursos contribuem para a formação dos tipos de “eu” e “posições sociais”, a partir dos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no evento discursivo (p.91-92).

Brahim (2013) traz as relações sociais como sendo fundamentais para o leitor interpretar a escrita do autor, uma vez que ambos fazem parte do mesmo contexto sociocultural, desse modo o conteúdo descrito será compreendido por quem os leem, sem que ocorra um rompimento do ideal autoral transmitido na obra.

Como segundo efeito multifuncional proposto por Fairclough, os discursos descrevem “como as relações sociais entre seus participantes são representadas e negociadas”, contribuindo para a constituição das mesmas. O terceiro efeito do discurso refere-se “ao modo pelos quais os textos significam o mundo e seus processos”, permitindo a construção do sistema de conhecimentos e crenças vigentes em uma dada sociedade (p. 91-92). Diante dessa abordagem teórico-metodológica, o autor, em sua obra *Discurso e Mudança Social*, a partir dos estudos da abordagem crítica de análise dos discursos, revela a estrutura de relações de poder e ideologias que dão suporte aos mesmos, permitindo também desvelar as causas sociais e culturais ocultas contidas nas formações discursivas (FAIRCLOUGH, 2001).

Na obra em questão, o autor resgata alguns mecanismos propostos por Foucault, que possibilitam a estruturação e reestruturação dos discursos sociais. A “intertextualidade” dá ênfase ao resgate das práticas discursivas contemporâneas ou historicamente anteriores, apresentadas como novas, e que se vinculam as partes precedentes e seguintes do texto. Por sua vez, o mecanismo de “interdiscursividade” contempla uma categoria mais ampla de condições, práticas, relações e padrões sociais que se sucedem entre os discursos, agregando a si as condições sociais (FAIRCLOUGH, 2001).

O resgate de tais categorias é de fundamental importância, pois revelam o caráter de mudança social contido nas formações discursivas e como tais construções contribuem para a manutenção ou transformação da sociedade. Sendo assim, é possível compreender, a partir da teoria de Fairclough, de que maneira as sociedades são ordenadas ou explicadas (FAIRCLOUGH, 2001).

Brahim (2013) ressalta a importância do processo de interpretação para definir o discurso, considerando o engajamento do sujeito para compreender o texto, e o contexto onde o discurso está localizado e de como este se liga a realidade que a sociedade aceita e confirma dependendo do seu conhecimento.

Considerando as práticas sociais como produções ativas dos sujeitos, moldadas e restringidas pelas relações de poder e ideologias ao mesmo tempo em que os constituem, estas encontram na dimensão discursiva um campo de propagação social, cujos marcos delimitadores vão sempre além da produção de sentidos (FAIRCLOUGH, 2001).

Isto posto, retornando às contribuições de Foucault, importa salientar que o discurso para o autor evidencia o mundo, tornando material aquilo que é verbal, permitindo que a realidade possa ser compreendida, reorganizada e interpretada. O referido autor compreende o jogo de desejo e poder que concebe os discursos, supondo procedimentos que interdita, validam e autorizam quem os pode conduzir (FOUCAULT, 1996).

Tal relação de desejo e poder revela-se no mecanismo de interdição, que impõe limites às formações discursivas, determinando o que se diz, quem o diz e onde pode ser dito. É manifesto, porém, que tal procedimento não se mostrava presente apenas nos discursos historicamente anteriores, pode-se perceber seu controle nos eventos discursivos contemporâneos (FOUCAULT, 1996).

São os tabus da sexualidade, a política e as relações de gênero, que revelam atualmente o controle da interdição no que é produzido e “sua ligação com o desejo e com o poder”. Conforme traz Foucault: “[...] como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes” (FOUCAULT, 1996, p. 9-10).

Prosseguindo com a análise dos mecanismos de interferência e controle das formulações discursivas, observa-se a esfera da separação ou rejeição, que Foucault reflete a partir da oposição razão versus loucura. Se pensarmos a loucura na idade média e na renascença, compreende-se que esta assumiu configurações opostas (FOUCAULT, 1996).

De acordo com Providello e Yasui (2013), o saber da idade média atribuía ao louco um lugar de revelação da sua verdade extravagante, isto significa dizer que aos loucos ainda cabia um lugar social e uma linguagem socialmente aceita. Em contrapartida, percebe-se uma ruptura entre o saber da idade média e o da renascença acerca da loucura, na qual o louco perde sua condição social, isola-se e tem seu discurso deslocado para o campo da falta de sentido.

Nota-se, portanto, que este princípio de rejeição trazido por Foucault, ainda permanece autorizando aqueles por quem os discursos podem ser emitidos, aceitos e assumidos no campo do sentido. Ao mesmo tempo em que silenciam e desqualificam as formulações discursivas que apresentam em sua materialidade o perigo de inquietar o status quo social (FOUCAULT, 1996).

Dessa forma, as sociedades trazem em sua estrutura seus valores, costumes e narrativas que compõem sua verdade. Foucault (1996, p. 31-32) denomina essa rede de símbolos e conceitos que constitui um determinado imaginário social, como “no verdadeiro”, ou seja, aquela verdade aceita por todos e que vem a ser controlada e mantida por um grupo social específico.

Pode ser destacado ainda um terceiro procedimento de validação dos discursos, apresentado por meio da oposição do verdadeiro e do falso, que advém do que Foucault denomina de “vontade de saber”. Os discursos aqui são categorizados e organizados entre o

que se sabe e o que não se possui conhecimento, logo, entre os que são considerados verdadeiros e aqueles que estão no campo da ficção e, portanto, classificados como não verdadeiros (FOUCAULT, 1996).

Sendo assim, os eventos discursivos são validados e qualificados para funcionarem produzindo efeitos de poder na sociedade, efeitos estes inseridos tanto em uma ordem sociológica, afirmando quem está autorizado a agir ou não de determinada maneira, como também, produzindo efeitos na esfera antropológica, intervindo na maneira como os sujeitos se compreendem na sociedade (FOUCAULT, 1996).

Logo, o modelo de articulação do discurso citado acima, também prescreve e organiza corpos, suprimindo subjetividades ao classificar sujeitos de acordo com o espaço que os mesmos devem ocupar na sociedade. Conforme argumenta Pereira e Próchno (2017), a noção de sujeito individual remete a uma individualidade coletivamente construída e forjada pela exterioridade dos discursos sociais, assim, o sujeito constitui-se pelo discurso e a partir do discurso.

Desse modo, os procedimentos de produção discursiva permitem compreender por qual razão surgem determinados discursos e não outros em seu lugar. As condições de produção observadas na constituição dos discursos apontam para o lugar social que ele ocupa, assim como revelam quais são as condições históricas, ideológicas e sociais que permitem sua enunciação (PEREIRA; PRÓCHNO, 2017).

Da mesma forma, os enunciados são construídos a partir de um dado contexto social, cultural e ideológico, por meio do qual, passa a direcionar o seu foco, não mais nos significados daquilo que se é dito, mas antes nos seus significantes, ou seja, no sentido dos discursos nos imaginários de seus ouvintes (FOUCAULT, 1996).

Portanto, aqui se busca uma aproximação com o que Sharpe (1992) chama de “a história vista de baixo”, a partir de uma compreensão de história constitutiva da língua e do discurso e não mais de uma história fundamentada em narrar eventos imutáveis que retratam o interesse de um grupo social específico.

Sharpe (1992) caracteriza a “história vista de baixo” como história nova ou total, descrevendo-a em oposição ao paradigma da história tradicional. De acordo com esse paradigma, a história se fundamenta sob um viés político, no qual, os grandes homens possuem voz e narram os fatos de acordo com suas propensões, enquanto o restante dos indivíduos assume um papel secundário em suas narrativas.

Enquanto a história vista de cima aponta para uma vontade de verdade, concebendo documentos como representações fiéis da realidade (FOUCAULT, 1996), a história nova os

considera como possibilidades de interpretação, buscando recuperar seu caráter de acontecimentos descontínuos. A história total busca refutar a unidade do discurso cronológico, contínuo e unilinear, trazendo seu foco para as relações estabelecidas entre as formações enunciativas (SHARPE, 1992).

#### **4 DESCONSTRUINDO AMÉLIA: OS DESAFIOS DE TORNAR-SE MULHER**

Antes de retomar as discussões referentes ao presente tópico, é necessário elucidar que o seu título foi retirado de uma música da cantora Pitty (2009) e para que se compreenda “Desconstruindo Amélia”, é preciso resgatar a música “Ai que saudades da Amélia” (Ataulfo Alves e Mário Lago, 1942), que reafirma a imagem idealizada da mulher como sendo doce e submissa. Assim, o texto busca a partir das discussões desenvolvidas, questionar os estereótipos atribuídos à figura feminina e ressignificar os sentidos de ser uma “mulher de verdade”.

Diante dos conceitos até aqui apresentados e considerando o contexto no qual o presente trabalho se debruça, compreende-se que os discursos constituem histórias e realidades (SHARPE, 1992). Assim, mediante o paradigma da história tradicional, percebe-se que o que se conta acerca das mulheres na sociedade, não foram escritas pelas mesmas e que os discursos e narrativas que as descrevem são componentes responsáveis pela construção da subjetividade e imagem feminina adotada e reafirmada na história deste século.

Desse modo, a mulher é representada na sociedade por um conjunto de características e atributos femininos que norteiam comportamentos, posições sociais, crenças, interesses e escolhas, além de caracterizar relações sociais. Para dar início a essa discussão, a questão do poder torna-se essencial para a compreensão das relações de gênero e de como os discursos reverberam nestas. Dois autores serão abordados para tratar o poder de forma mais específica: Bourdieu e Foucault.

Em sua obra *Sobre o Poder Simbólico*, Bourdieu (1989) discorre acerca do poder como aquele que está em toda parte ou como “o poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou que o exercem” (p. 7). O poder simbólico para o autor trata-se de uma estrutura estruturante, uma vez que consiste em uma ordem reguladora das esferas sociais, bem como é também estruturado pelas diferentes estruturas sociais.

O autor esclarece sobre os instrumentos simbólicos e sua contribuição para a reprodução da ordem social, os símbolos presentes em uma dada sociedade, dão sentido ao

mundo social. À medida que funcionam como instrumentos políticos de comunicação e conhecimento, os símbolos podem por meio da integração social que promovem, manter e assegurar a violência simbólica por meio de relações de dominação de uma camada social sobre a outra (BOURDIEU, 1989).

Para Bourdieu (1989) a prática do poder vincula-se ao que ele denomina de capital simbólico e aos hábitos, ambos presentes nos campos sociais. Os hábitos consistem no conhecimento e história adquiridos em um determinado campo. Por sua vez, o capital simbólico refere-se aos recursos culturais, religiosos, políticos e científicos manifestados em uma atividade social. Por fim, o campo social abrange as várias esferas da vida social, onde dominados e dominantes disputam pela manutenção de seus postos.

Um exemplo prático dessa estrutura simbólica consiste nas concepções invisíveis incorporadas aos pensamentos dos sujeitos marcadas por recursos simbólicos culturais, religiosos, políticos e sociais, que reproduzem uma dada ordem social. Assim, remetendo-se às relações entre os gêneros, percebe-se que o recurso da autoridade é incorporado à figura masculina, enquanto que as mulheres universalmente estão associadas ao espaço familiar e doméstico, constituindo dessa forma uma relação naturalizada de dominação do homem sobre a mulher (BARROS, 2017).

Por sua vez, a questão do poder também é bastante discutida na obra de Michel Foucault. Seu conceito é anterior ao proposto por Pierre Bourdieu, identificando a prática do poder presente nas relações organizadas por uma disciplina, contrária a definição de Bourdieu, que o definia a partir de uma visão macro, como pertencente a algum dos lados que disputam por poder. Pode-se considerar que o estudo do gênero não era o foco de suas pesquisas, porém ambos consideram que o sujeito e seu pensamento são construídos socialmente (BARROS, 2017).

Foucault em sua obra *A ordem do discurso* (1996), destaca que em uma sociedade a “produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que tem por objetivo conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (p. 8). Aqui o autor cita a interdição, presente na sociedade atual, percebida na região da sexualidade e da política, que para Foucault, exercem por meio do discurso seus mais temíveis poderes.

Logo, compreende-se que o saber e o poder ocupam o mesmo polo e que este se configura como um conjunto de discursos e práticas sociais que visam o controle da mente e dos corpos de indivíduos e grupos sociais. Para Foucault (1986), o poder é o produto da

história das sociedades, apresenta-se em constante transformações e está presente em todas as esferas que constituem o sujeito.

As relações de poder produzem verdades, assim, vinculando o termo gênero às questões de poder apresentadas por Foucault, pode-se compreender que a afirmação de que “a mulher é uma construção social”, não é necessariamente uma verdade, mas consiste em uma desconstrução dos discursos convencionais da sociedade, a partir de tensões com os discursos feministas, por exemplo, constituindo dessa forma uma relação entre sujeito e estrutura social (BARROS, 2017, p. 8).

Ainda, sendo os sujeitos constituídos pelos discursos e considerando imagens como práticas discursivas que expressam o mundo social que ao mesmo tempo as produz, ao pensar sobre a visão do feminino nas sociedades atuais, pode-se afirmar que esta contribui para a construção de determinadas práticas sociais. Assim, imagens que determinam como a mulher deve se comportar, se vestir, relacionar-se ou ser vista pelo outro, constrói um imaginário feminino que influencia na composição da subjetividade da mulher e no modo que a sociedade aprende a pensar o que é ser mulher (BARROS, 2017).

Desse modo, a construção de um ideal de mulher que ainda reverbera na sociedade atual estabelece relações de desigualdades fundamentadas nas diferenças entre os sexos, estabelecendo efeitos de padrões de opressão. Ao observar como foi construída a fronteira entre o público e o privado, percebe-se as implicações desiguais para homens e mulheres, nas quais estas foram subjugadas a um lugar de objetificação, serviço e submissão (BIROLI, 2014).

Azerêdo (2011) aborda a construção dos discursos de gêneros, em específico e que aqui se busca discorrer, o feminino, demarcado, para atender aos interesses dos discursos como produções mantenedoras de relações de poder, tendo na divisão dos gêneros, uma supremacia do masculino, partindo da premissa de uma organização social entre sexos biológicos.

O sexo biológico refere-se às características físicas e anatômicas particulares a homens e mulheres. No que se refere ao conceito de gênero, este pertence a um conjunto de “representações culturais, valores e atribuições sociais direcionadas a cada gênero, o masculino e feminino”. Assim, a subordinação feminina como algo natural fundamenta-se na concepção de mulher construída bem como varia de acordo com a época e espaço (LIMA et al., 2017, p. 35).

Para a compreensão das relações de gênero, serão apresentados conceitos de autoras fundamentais e de grande importância para a apreensão dessa temática e para o pensamento feminista, são elas: Simone de Beauvoir, Judith Butler e Joan Scott.

Conforme Scott (1995), o termo gênero se origina com as feministas americanas, através de suas tentativas de evidenciar o caráter social contido nas diferenças baseadas no sexo. A autora propõe em sua obra, duas definições do termo, que permite entendê-lo para além das diferenças físicas e biológicas, afirmando também sua dimensão relacional, social, histórica e política.

Minha definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão inter relacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1995, p. 86).

Em seu texto *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, Scott (1995), apresenta o gênero como constitutivo das relações sociais, este para a autora não deve ser analisado de forma isolada, uma vez que constitui a organização dos conhecimentos e é atravessado por outras questões como raça, classe social, sexualidade e corporalidades.

Com relação a primeira definição apresentada pela autora, as relações sociais são atravessadas por quatro elementos distintos e interdependentes, que segundo Scott (1995) são eles: símbolos culturalmente disponíveis, que configuram representações simbólicas e muitas vezes contraditórias, como Eva / Maria, luz / escuridão, pureza / pecado. O segundo são os conceitos normativos, que estabelecem interpretações dos elementos simbólicos, expressos nas doutrinas religiosas, políticas e educacionais que limitam outras possibilidades de interpretação.

Como terceiro elemento Scott faz referência às instituições e organizações sociais, incluindo a noção do político como forma de questionar a fixidade da representação binária dos gêneros. Como quarto e último elemento a autora traz a noção de identidade subjetiva do gênero, que estabelece distribuições de poder e um desigual acesso aos recursos simbólicos e materiais de uma sociedade (SCOTT, 1995).

O segundo conceito proposto por Scott refere-se ao gênero como articulador e decodificador de sentido das relações de poder, pois dessa forma, a mulher assume a posição de sexo frágil, o que permite seu controle, determina seu lugar social, além de lhe impor maneiras de vestir, andar e sentar, estabelecendo o poder da posição masculina sobre a feminina (LIRA, 2018, p. 75).



Trazendo o pensamento de Judith Butler como contraponto, a noção de gênero aqui aparece não como uma essência ou construção social, mas como uma noção de poder. Butler (2003) compreende o gênero como uma produção discursiva- assim como o sexo- nesse sentido a autora reflete como os corpos são marcados por discursos culturalmente impostos antes mesmo do nascimento. Ao inserir uma criança em uma classificação de menina ou menino, toda uma idealização social caracterizada como modos de comportamento, de vestir ou de se relacionar será imposta a ela.

O conceito de gênero como uma construção social para Butler remete a um determinismo cultural. A autora tece críticas a afirmação de Simone de Beauvoir (1970) de que “não se nasce mulher, torna-se”, pois para Butler (2003) apesar da declaração sugerir uma escolha, esta sempre será feita dentro de uma ordem cultural e de um contexto imperativo da heterossexualidade.

Assim para a autora é necessário haver um distanciamento da ideia de mulher universal e considerar as intersecções que atravessam as questões de gênero. Categorias de homem ou mulher reforçam um discurso hegemônico fundamentado em uma imposição binária, que ainda que de forma sutil, estabelece normas de comportamento, vestimentas, corporalidade e relacionamentos. Dessa forma, “o gênero não é algo que somos, mas algo que fazemos”, para Butler não há uma identidade anterior aos atos, são estes que feitos repetidamente, produzem uma identidade fixa (FIRMINO; PORCHAT, 2017, p. 7).

Butler se utiliza das obras de Foucault e de sua análise genealógica para realizar uma crítica à noção de identidade do sujeito do feminismo. Para ela, a constituição da identidade do sujeito se configura no interior de um contexto perpassado por relações de poder, no qual o poder é um exercício e está articulado ao saber. A autora defende então a necessidade de um novo tipo de política feminista, na qual as noções de concepção de gênero e identidade do sujeito sejam questionadas e apreendidas a partir de padrões distintos das noções de essência e construção (FIRMINO; PORCHAT, 2017).

Prosseguindo com a análise das noções de relações de gênero, Simone de Beauvoir também contribui para essa discussão. Ocupando uma posição fundadora para o feminismo contemporâneo, a autora em sua obra *O Segundo Sexo* (1970), através de sua afirmação “não se nasce mulher, torna-se”, fundamenta que ser mulher configura-se como uma construção que a orienta a uma relação de submissão.

Para Beauvoir (1970), influenciada pelo existencialismo, a mulher foi constituída como um segundo sexo a partir de construções sociais por meio de relações de poder. Dessa forma a autora acredita que não foram causas naturais ou deterministas, mas situações e fatos

sociais e históricos que atribuíram à mulher um lugar de subserviência nas relações, nas quais sua liberdade é sacrificada em detrimento da autonomia do sexo masculino.

Ao discutir sobre relações de gênero, Beauvoir compara estas a dois polos opostos, no qual o homem representa a extremidade positiva enquanto que a mulher é representada pelo negativo. Assim, a humanidade passa a ser representada pela figura masculina, este torna-se essencial e símbolo de força e poder, enquanto a mulher é definida como um objeto relativo ao homem (BEAUVOIR, 1970).

Portanto, considerando as noções de gênero bem como as relações estabelecidas entre eles apresentadas até aqui, é possível compreender que a constituição do ser mulher configura-se em um contexto sócio cultural, variando entre época e lugar. Assim como tudo que é construído está apto à desconstrução, o título do presente tópico revela a necessidade e importância de tal discussão.

## **5 O IMAGINÁRIO SOCIAL DA MULHER NO NORDESTE**

Anterior ao surgimento da palavra escrita, o ser humano já se expressava por meio de desenhos que revelavam suas visões e desejos e permitia a comunicação entre os sujeitos. Atualmente, com o desenvolvimento das tecnologias o indivíduo é constantemente abordado por diversas mensagens visuais, sejam em televisões, celulares ou computadores. As imagens estão presentes em todas as esferas sociais, ao mesmo tempo que produzem representações sociais, são também constituídas pela cultura de uma dada sociedade (KATREIN, 2017).

Em sua obra *Imagem, cognição, semiótica e mídia*, Santaella e Noth (2008) ao falar acerca do mundo das imagens, as classificam como materiais e imateriais, as primeiras se expressam por meio das imagens visuais, através dos signos, por sua vez, o segundo grupo corresponde às “visões, fantasias, imaginações, esquemas, modelos ou, em geral, como representações mentais” (p.15). Para as autoras, esses domínios coexistem, pois as representações visuais são constituídas por imagens mentais, ao mesmo tempo que estas são produzidas a partir de um ambiente visual.

Katrein (2017) ressalta a existência de procedimentos anteriores a produção da imagem, a autora destaca que a história do sujeito bem como a história da sociedade “alimenta a configuração de imagens” (p.4). Assim, tais procedimentos constituem o que se conhece por imaginário, dessa forma, as visões de mundo, sentimentos, lembranças e vivências resultam em um conjunto de imagens que orientam modos de perceber e de estar no mundo.

Na visão de Maffesoli (2001) um imaginário individual manifesta o social, pois reflete a cultura, bem como a estrutura de uma sociedade, seus valores, costumes e modos de ser no mundo, que impulsionam a concretização de ações não somente individuais, mas coletivas a partir da aceitação, disseminação e imitação de comportamentos.

Assim, referindo-se ao ideal de mulher reproduzido ao longo do tempo, que estabelece a constituição de relações desiguais e de opressão, este ideal reverbera no imaginário individual e social de uma comunidade, sendo perpassado às demais gerações, produzindo assim um ciclo permanente, solidificando um imaginário coletivo fundamentado em uma cultura constituída por uma cultura patriarcal.

Dessa forma, a expressão do patriarcalismo no Brasil centra-se na estrutura da família patriarcal burguesa dos anos 1950, caracterizada como um lar acolhedor, organizado, com um marido que exercia o poder sobre seus dependentes, filhos bem educados e uma esposa submissa cumprindo o papel de acompanhante na vida social do esposo (AZEVEDO; DUTRA, 2019).

Percebe-se nessa dinâmica familiar a constituição de papéis sociais atribuídos. À mulher burguesa, cabia ser vigiada pelo companheiro, pai e pela sociedade, que lhe exigiam comportamentos e costumes condizentes aos valores impostos vigentes. Os casamentos da burguesia envolviam alianças econômicas e políticas, como garantia de manter o status, poder e capital na sociedade (AZEVEDO; DUTRA, 2019).

Era papel da mulher garantir a manutenção do casamento e do lar, contudo, a mesma ocupava um lugar de capital simbólico na estrutura familiar, uma vez que cabia ao marido a função de autoridade e poder na família. A concepção vigente no Brasil dos anos 1950 estabelecia que mulheres nasciam para serem donas de casa e mães, tendo o casamento como meta central e norteadora de suas vidas, a felicidade e satisfação conjugal dependia dos esforços femininos (BASSANEZI, 1997).

Nesse período os papéis sociais eram distintos e bem definidos, a disciplina imposta às mulheres perpetuava-se no tempo e espaço, estendendo-se às demais dimensões de suas vidas. A figura da mulher ideal era caracterizada por traços representativos vigentes da feminilidade, como instinto maternal, delicadeza, submissão, recato e pureza, além de vestes compostas e comportamentos discretos (AZEVEDO; DUTRA, 2019).

O trabalho feminino ainda era visto como inferior ao masculino, pois ao homem pertencia a responsabilidade de sustentar esposa e filhos, atribuindo ao marido autoridade sobre o casamento e o lar. Nos anos dourados a participação no mercado de trabalho, as oportunidades e a liderança eram definições masculinas (BASSANEZI, 1997).

A sexualidade feminina era fortemente reprimida, meninas eram aconselhadas a não manterem contato com muitos rapazes e evitar a sensualidade mantendo-se virgens até o casamento. De outro modo, aos homens era estimulado o comportamento sexual como maneira de estimular a virilidade tão valorizada na figura masculina (AZEVEDO; DUTRA, 2019).

Era comum a circulação de revistas que faziam a distinção entre “moças de família e as levianas”. As primeiras garantiriam um bom casamento mediante condutas corretas, por sua vez, mulheres da segunda categoria eram procuradas apenas para satisfação sexual do homem, consideradas como não adequadas para o casamento (BASSANEZI, 1997).

Esse contexto permite compreender a construção de papéis femininos e masculinos a partir de uma dimensão estrutural. Mulheres que foram educadas para serem mães e boas donas de casa educam suas filhas para cumprirem os mesmos papéis, associando brinquedos femininos as tarefas domésticas e de cuidados com o lar, representados pelas bonecas, panelinhas e vassouras (AZEVEDO; DUTRA, 2019).

Mesmo sendo visto como valores característicos de uma época, nos dias atuais a mídia ainda associa maternidade, comportamento, moda e lar aos assuntos referentes ao universo feminino. A sexualidade feminina discutida na atualidade é revestida por uma falsa ideia de liberdade sexual que ainda atribui à mulher a responsabilidade pela felicidade do relacionamento (AZEVEDO; DUTRA, 2019).

De acordo com as reflexões de Bassanezi (1997), ainda impera na sociedade concepções e padrões acerca do comportamento feminino. Percebe-se na atualidade a naturalização da violência simbólica sobre a mulher, reforçando valores culturais da supremacia masculina à submissão da figura feminina.

Desse modo a construção da mulher no contexto da cultura patriarcal permite a constituição de subjetividades e de modos de estar no mundo. Permitindo-se pensar como o “ser mulher” se expressa na mulher nordestina, observou-se que este imaginário e papel social também vai se constituir, permeado por uma sociedade patriarcal dada, com diferenças entre papéis masculinos e femininos (AZEVEDO; DUTRA, 2019).

Falci (1997) resgata os estudos acerca da mulher nordestina a partir de dois contextos, mulheres pertencentes a famílias abastadas e aquelas menos afortunadas do século XIX. Ambas submissas à supremacia masculina e aos valores patriarcais que exerciam controle dos seus corpos e sexualidade, reprimiam comportamentos e restringiam bens, cidadania e oportunidades.

A educação das mulheres nordestinas abastadas, assim como no contexto ocidental, restringia-se ao ensino da função materna e das habilidades de uma boa dona de casa, saber cozinhar e costurar, fazia parte dos dotes da mulher ideal. O recato e a pureza sexual ainda permaneciam rigorosamente impostos e vigiados pela figura de autoridade paterna (FALCI, 1997).

Por sua vez, as mulheres pobres ou viúvas do sertão nordestino necessitavam ajudar no sustento do lar por meio de atividades consideradas masculinas, na roça, ou por meio de encomendas culinárias, costura e serviços domésticos. É importante ressaltar que tais atividades não eram aceitas pela sociedade, pois culturalmente homens precisavam sustentar a família e mulheres não deveriam ganhar dinheiro (FALCI, 1997).

No nordeste do século XIX mulheres estavam restritas ao espaço privado, portanto não eram consideradas cidadãs políticas. Nesse contexto, era vetado as meninas o direito aos estudos e poucas aprendiam a ler, com exceção das mais afortunadas que podiam pagar aulas particulares, ao contrário dos meninos que possuíam permissão de frequentar escolas (FALCI, 1997).

Falci (1997) ainda destaca a preocupação das famílias nordestinas com o casamento das filhas, pois jovens mulheres que não conseguiam casar até os 25 anos tornavam-se alvos da maledicência da sociedade. Ainda muito novas meninas já iniciavam o preparo de seus enxovais, acompanhados das orientações necessárias para garantia de um bom casamento.

Tais valores característicos da mulher nordestina do século XIX, ainda encontram-se construindo subjetividades e delineando modos de ser mulher na atualidade. No entanto, para Lira (2018), o imaginário social da mulher do Nordeste está também associado a outros elementos característicos da região nordestina.

A região Nordeste costuma ser caracterizada pelo seu clima seco e árido, por grandes sertões, pobreza, escassez de água e famílias numerosas. Tal visão preconceituosa perpassa o território nordestino atribuindo características específicas a sua população. Percebe-se tal associação feita na construção da mulher nordestina, com uma imagem “castigada pela seca e com muitos filhos” (LIRA, 2018, p. 71-72).

Nesse imaginário torna-se comum a mulher “masculinizada, feia, com a pele queimada pelo sol, velha, que acompanha o marido, analfabeta ou semi e pobre”, sendo inconcebível associa-la a uma figura “de classe média, estudante, que trabalha e que opta por não ser mãe” (LIRA, 2018, p. 73).

A identidade da mulher no Nordeste foi construída sob influência de dois fenômenos sociais importantes, o coronelismo e o cangaço. Conforme pontua Leal (1975) o coronelismo

se configurou como um compromisso entre os senhores da terra e o poder público, o patriarcalismo nesse contexto remete a figura dos coronéis, considerados como protetores, autoritários, ignorantes e com grande poder aquisitivo.

Nesse cenário coronelista a mulher era considerada como um objeto da sexualidade do marido, frágil e incapaz, necessitando da proteção da figura masculina. Assim seu dever após o casamento era servir ao esposo, submetendo-se a sua vontade, além da reprodução. Atualmente a sociedade nordestina possui ainda raízes desse cenário patriarcal e mantenedor de relações de dominação do homem sobre as mulheres e esposas (AZERÊDO, 2011).

Outro fenômeno local importante foi o movimento do cangaço, seu início deu-se no final do século XIX e perdurou até a década de 1940. Foi considerado uma alternativa para aqueles que não queriam se dedicar aos trabalhos rurais e uma fuga para mulheres que não desejavam o casamento. Ser cangaceiro (a) era considerado algo desviante dos valores sociais da época (LINS 1997).

O movimento foi marcado por um contexto transgressor, pela fome, crueldade e violência praticada contra as mulheres, que foram forçadas a entrar para o bando, estupradas e até mortas. No entanto, Lins (1997), sem desconsiderar as ações violentas praticadas, ressalta a participação de inúmeras cangaceiras que encontravam no movimento um lugar de liberdade.

É importante pontuar que algumas figuras “desviantes” do cangaço se destacavam, adquirindo respeito e admiração na sociedade, como foi o caso de Lampião. Dessa forma a violência contra a mulher praticada pelos cangaceiros passou a ser naturalizada e as vítimas tornaram-se alvos de repúdio, ocasionando diversas consequências para o destino das mulheres (LINS, 1997).

Assim, é muito comum o ser mulher no nordeste assumir características dicotômicas de gênero ao ser estigmatizada como “mulher- macho”. Compreendendo que a identidade da mulher nordestina foi constituída com referência a identidade masculina. A mulher necessitava então ser forte, corajosa, resistente e assertiva como o homem para conseguir se adaptar as dificuldades do sertão nordestino (LIRA, 2018).

Pode-se notar que a imagem da mulher nordestina é construída por uma variedade de características e comportamentos que permitem associa-las às esposas dos coronéis, como sendo frágeis, dóceis e submissas, bem como corajosas, fortes e resistentes, assim como eram os cangaceiros (LIRA, 2018).

Resgatando a análise realizada por Scott (1995, p. 86) acerca do gênero como sendo: “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os

sexos”, as representações sociais atribuídas à mulher nordestina, apesar de impostas, acabam sendo aceitas pelos sujeitos como constituintes de suas subjetividades e modos de ser no mundo.

Desse modo, as imagens estereotipadas associadas às mulheres do Nordeste corroboram para uma auto representação que produz efeito no corpo e comportamentos da mulher, podendo também produzir e manter relações de gênero desiguais e conseqüentemente situações de violência de gênero contra as mulheres dessa região específica (LIRA, 2018).

## **6 RELAÇÕES DE PODER NA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO CONTEXTO NORDESTINO**

Segundo Bonfim (2016), o Conselho Nacional de Justiça caracteriza violência contra a mulher como qualquer conduta de discriminação, agressão ou coerção contra a mulher que causem dano, morte, constrangimento, sofrimento físico, psicológico, sexual, moral, social, político, podendo ocorrer em espaços públicos ou privados. Enquanto que a violência de gênero é caracterizada pela violência direcionada a mulher, em função do gênero, sem distinção de raça, cor, idade, religião, classe social ou outros aspectos, entendido como o produto de um sistema social que subjuga o sexo feminino.

Conforme Leal (2010), os danos físicos e psicológicos da mulher que sofre agressão podem ser duradouros, e evoluírem para o feminicídio. A autora aponta a necessidade de entender a discriminação histórica sofrida pela mulher, para atentar-se criticamente a situações violentas que passam despercebidas, por terem sido naturalizadas. A violência é um sistema complexo, com raízes nas relações de poder, fundamentada no gênero e nas instituições sociais.

Utilizando o gênero como premissa e considerando o histórico de mulheres submetidas aos seus maridos / companheiros, entende-se que a construção social da noção de gênero “determina” e apoia relações de poder que afetam diretamente as formas de relacionamento. Dessa forma, o gênero masculino, o homem, detém o poder, cabe a ele o papel de provedor da família, enquanto para o gênero feminino, a mulher, o papel de cuidadora do marido, dos filhos e da casa. Desta forma, o homem está autorizado a agredir, dominar e a mulher a aguentar as agressões de diversos tipos e ser dominada (LEAL, 2010).

Para Da Silva et al. (2011) os casos de violência geram grandes impactos na saúde, uma vez que causam danos físicos e psicológicos, morte, agravos emocionais, espirituais; diminui significativamente a qualidade de vida das vítimas; questiona a organização tradicional da saúde; soma problemas aos atendimentos médicos, evidenciando a necessidade

de um atendimento muito mais específico, multiprofissional, interdisciplinar, intersetorial que atenda às coletividades.

De acordo com De Araújo et al. (2019), nos estados do Nordeste, a prevalência dos tipos de violência contra a mulher são a física, psicológica, moral, sexual, tortura, estupro e assédio. Os autores salientam características individuais comuns para a compreensão dos processos de violência, são eles: mulheres jovens, separadas ou divorciadas e o uso nocivo de drogas. Consideram também os fatores socioeconômicos, destacando que estados com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) contribuem para o aumento da violência. Destacam ainda o patriarcado e a desigualdade de gênero como possíveis gatilhos para a violência.

No estudo realizado por Da Silva et al. (2011), em uma cidade do Estado do Maranhão, no Nordeste, a predominância dos tipos de violência é a física, a sexual e a psicosssexual. Destacam o perfil da mulher da cor parda, entre 20 e 29 anos, casadas ou solteiras; as trabalhadoras domésticas e as estudantes; as profissionais da saúde, agente comunitária, técnica de enfermagem e policial civil dentre as principais vítimas de agressão.

Já nos estudos de Silva et al. (2011), que investigaram a violência sofrida pelo parceiro íntimo com mulheres gestantes, em 2005 e 2006, identificaram 283 mulheres de 18 a 49 anos com histórico de violência antes e/ou durante a gestação. Mais da metade eram jovens com menos de 24 anos, com baixa escolaridade. Os tipos de violência evidenciados neste estudo foram empurrões, tapas e objetos que foram atirados, socos e machucados com objetos, arrastões, chutes e surras, ameaça de uso ou uso de armas, tentativas de estrangulamento ou de queimá-la.

Ramos (2015) aponta que a violência no Nordeste atinge altos índices e destaca que as mulheres nordestinas são atravessadas pela compreensão flutuante, na qual ao mesmo tempo em que é revelada a sua força, esta é também subjugada pelo poder masculino do “cabra macho”. Se dando isto em razão do imaginário cultural, principalmente a música e a literatura nordestina, que tende a hierarquizar esta relação.

A autora citada anteriormente enquadra a relação de poder entre o homem e a mulher como um “poder disciplinador”, dessa forma, diante da cultura nordestina, compreende-se o poder de dominação, disciplina e violência física e simbólica.

Diante dos estudos expostos anteriormente, compreende-se que a violência de gênero se instala nas relações da forma como aponta a literatura, desconsiderando aspectos como raça, cor, etnia, idade, religião, profissão, classe social, entre outros. A avaliação dos perfis encontrados nas pesquisas revela este aspecto da relação de poder, onde o homem detém o



poder pelo simples fato de ser homem, enquanto a mulher é submetida a sua força física e simbólica.

## **7 PSICOLOGIA E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: PERSPECTIVAS SOBRE O CUIDAR**

Porto (2014) postula o papel fundamental da Psicologia nas políticas públicas de atendimento à mulher em situação de violência. Todavia, a autora citada aponta estudos que defendem a perspectiva de que este atendimento se dá de forma limitada e/ou inadequada, ao mesmo tempo em que defende a posição de uma intervenção que tenha foco na situação social da mulher. Em seu estudo indica a produção de sofrimento psíquico ligado às influências exercidas por questões sociais e culturais, a partir da ideia de gênero e (re) produção de papéis feminino e masculino na sociedade.

Compreendida a relação como havendo um agressor e uma vítima, entende-se a necessidade de aparato legal que ofereça suporte para as mulheres vítimas de violência, assim como uma rede de serviços que acolham esta mulher. No contexto jurídico brasileiro, há duas legislações que protegem a mulher, a Lei 11.340/2006 ou Lei Maria da Penha e a Lei 13.104/2015 ou Lei do Feminicídio (BONFIM, 2016).

A Lei Maria da Penha determina o que é violência e as formas que ela pode se manifestar, destaca três modalidades de violência (no âmbito doméstico, familiar e na relação íntima), aponta e caracteriza a violência contra a mulher e a violência de gênero, sendo esta última definida por qualquer tipo de violência que tenha como motivação única a subordinação do gênero feminino, desconsiderando neste processo aspectos como raça, cor, etnia, classe social, idade, religião, entre outros aspectos. Prevê ainda, de acordo com a gravidade de cada caso, medidas protetivas de urgência. Já a Lei do Feminicídio prevê o homicídio de mulheres por condição do gênero - sexo feminino, o aumento da pena se dá nos casos de gestação ou nos três primeiros meses após a gestação; contra pessoa menor de 14 anos e maior que 60 anos ou com deficiência; e na presença dos filhos ou dos pais da vítima (BONFIM, 2016).

Diante da problemática da violência de gênero, compreendem-se serviços e profissionais que atendam a esta demanda, dentre os serviços que compõem uma rede de apoio a mulheres neste contexto, destacam-se a Rede de Atenção a Mulheres em Situação de Violência, que conta com atuação de equipes multidisciplinares e serviços especializados, como os Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS); serviços não especializados, como

os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), e ainda outros serviços, como Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), Casas abrigo, Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Órgãos de Defensoria Pública e Serviços de Saúde Especializados para o Atendimento dos Casos de Violência Contra a Mulher. Para Reis (2010) este serviço deve estar voltado para o desenvolvimento / favorecimento da autonomia da mulher, articulando as atividades da rede de apoio, com o objetivo de oportunizar o acesso a recursos e suporte social viabilizando, assim, a quebra dos ciclos de violência.

De acordo com Silva et al. (2012) a prática de violência exercida pelo parceiro íntimo é chamada de “ciclo de violência” e possui três etapas: (1) inicialmente, o ajuntamento de tensão, marcado por muitas brigas; (2) seguido pela execução do ato violento, notificado pela busca de ajuda por parte da mulher; (3) e o momento que pode ser compreendido pelo arrependimento do agressor, onde promessas são feitas e o casal resgata a relação.

Em consonância com Reis (2010), dentro do contexto das políticas de assistência, a Psicologia deve atuar no auxílio à mulher em situação de violência, assim como ampará-la no processo de recuperação dos possíveis danos emocionais causados pelo cenário de agressão. As intervenções realizadas estão voltadas para o desenvolvimento da tomada de consciência daquilo que as mantém no relacionamento, assim como na promoção de comportamentos que previnam a entrada em nova situação de violência. Segundo a autora, o procedimento inicia-se com o acolhimento da mulher/vítima, seguido pelo agendamento para o acompanhamento psicológico, que podem ser semanais ou quinzenais, a depender da avaliação do risco ao qual a mulher está exposta, assim como da gravidade de vulnerabilidade emocional desta.

Timm et al. (2011) procuram articular a escuta clínica da Psicologia com o Feminismo, buscando pela efetivação de uma clínica politizada, agregando questões culturais, sociais, políticas e psíquicas. Nesse aspecto, com a articulação dessas esferas, busca-se pela desnaturalização de conteúdos acatados e alimentados pela sociedade, como é o caso das cenas de ciúmes.

Esta proposta de inserção da perspectiva feminista no atendimento do profissional de Psicologia a mulheres em situação de violência, acontece no sentido de descentralização da individualidade, flexibilizando, assim, às experiências subjetivas, oferecendo espaço para a leitura de “uma vivência intersubjetiva e social, partilhada em maior ou menor grau entre mulheres, sociedade e cultura” (Timm et al., 2011, p. 254). Repensar sobre o papel da cultura na formação das identidades de gênero masculino e feminino, possibilita, através de uma

análise crítica, a percepção de que por ser entendido como natural este é um tipo de violência caracterizada como “silenciosa e invisível”.

Almeida et al. (2014) apontam a dificuldade dos profissionais da saúde, como um todo, de lidar com o caráter social que envolve a questão da violência de gênero, destacando que, a partir disto, muitas vezes, o trabalho se restringe ao encaminhamento à serviços especializados. Para os autores, o modelo biologizante e a assistência tradicional, medicalizada e segmentada, limitam a ação profissional e desconsideram a subjetividade e a singularidade presentes no processo de adoecimento do sujeito e de suas relações. Dessa forma, aquilo que não é demanda de saúde física, é demanda de saúde mental, sendo “transferido” para o profissional de Psicologia, como um último recurso, já que dentro das possibilidades de saúde, nada mais poderia ser feito. A observação dos autores aponta para o fato de que esses profissionais, por assumirem essa postura (de encaminhamento), dispensam a compreensão da complexidade da violência de gênero contra a mulher, não colaborando no processo de assistência e promoção de saúde voltada para este público.

Para Monteiro (2012) o papel do profissional de Psicologia no atendimento à mulher vítima de violência de gênero, é, inicialmente, realizado através do “rapport” (técnica de criação de empatia com o outro viabilizando uma comunicação com menor resistência) com o acolhimento e, posteriormente, a realização da escuta ativa (exercida através da atenção flutuante com o objetivo de escutar o todo do que está sendo dito). Em seu trabalho elenca posturas que considera necessárias para um atendimento efetivo, destacando a paciência e o caráter de acolhimento, que possibilite a verbalização sobre a situação de violência, com o objetivo de promover a compreensão dessa vivência para que assim seja possível a ampliação da consciência e elaboração de posturas de proteção de novas situações violentas, assim como o resgate da autonomia e identidade da mulher.

A autora supracitada aponta etapas postuladas por Hirigoyen (2006) que devem ser seguidas pelo psicólogo quando do atendimento voltado para este público, são elas: (1) enxergar e identificar situações violentas, uma vez que muitas mulheres naturalizam os processos de violência aos quais está inserida; (2) trabalhar suas percepções em torno da relação violenta, para que ela não se culpe, auxiliando o processo de construção de sujeito, como “ser-no-mundo”, destacando a importância de se criar e estabelecer limites; (3) analisar e compreender se existem traços de codependência emocional por parte da mulher; (4) transformação da autoimagem e recuperação da autoestima; e (5) ampliação da consciência, com vistas à identificação dos aspectos que podem mantê-la nessa relação, assim como elaborar recursos para a quebra do ciclo de violência (MONTEIRO, 2012).

Rozário (2019) destaca o papel do profissional de psicologia para além dos cuidados em saúde mental, focando no seu papel ativo na efetividade do fortalecimento das políticas públicas, trabalhando na garantia de suporte social e de direitos. Neste sentido, apesar de ainda ser um campo de atuação que vem sendo explorado pelo profissional de psicologia, é possível apreender sua atuação para além da clínica, considerando esta uma prática atravessada pela construção social e pelo empoderamento e emancipação do sujeito.

Já para Hanada (2008), o psicólogo tem papel fundamental tanto no atendimento às mulheres vítimas de violência, quanto no auxílio a outros profissionais que atuam na assistência voltada a essas mulheres, destacando em seu trabalho as funcionárias das Delegacias Especializadas em Atendimento às Mulheres e também das Casas-Abrigo. A autora aponta a importância desta função desenvolvida junto à equipe, por compreender o potencial de sofrimento advindo do trabalho com estas situações de violência, considerando que muitas vezes as funcionárias acabam por se envolverem emocionalmente com as usuárias do serviço.

Diante do exposto pelos autores, é possível pensar a atuação do profissional de Psicologia para além do acolhimento e dos cuidados em saúde mental. Considerar o contexto social e cultural no qual a mulher está inserida, como raça, cor, etnia, condições socioeconômicas, grau de instrução, entre outros aspectos, oportuniza um atendimento integral, com um olhar ampliado sobre o sujeito, facilitando, inclusive, a identificação de que tipos de serviços e profissionais a mulher irá precisar para ser atendida de forma particular.

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com a realização desse trabalho, foi possível compreender que as estruturas sociais atendem aos interesses de grupos seletos de atores que controlam, limitam e validam as regras de poder que regem as relações sociais. Os discursos que reverberam na sociedade, suprimem subjetividades, organizam e prescrevem corpos, além de classificar sujeitos a determinados espaços sociais e os identificar de acordo com estes.

Desse modo, entendendo os discursos como mantenedor de relações de poder foi possível conceber como as relações entre os gêneros foram constituídas a partir de uma supremacia masculina, por meio de uma organização social entre os sexos biológicos. Assim, mediante um breve estudo do percurso histórico da sociedade, nota-se que a mulher foi relegada a um lugar de submissão, exclusão e silêncio.

Em vista disso, foi possível compreender que os discursos presentes na sociedade se expressam na subjetividade da mulher nordestina por meio de uma combinação de

simbolismos influenciados pelos fenômenos do coronelismo e do cangaço, no qual no primeiro cenário a mulher é tida como frágil, submissa e incapaz, opondo-se ao segundo, que apresenta a mulher a partir de uma dicotomia de gênero, como “mulher-macho”, referindo-se a necessidade desta de ser resistente, forte e corajosa, como os homens, para enfrentar, diante de uma visão preconceituosa, as dificuldades que compõem o cenário nordestino.

Foi possível compreender com relação à questão da violência de gênero sofrida pela mulher, que esta não é vitimada apenas por seu companheiro ou marido, uma vez que se percebe que a mulher é submissa primeiramente ao seu pai ou a outra figura masculina que detém o poder da casa. Para se pensar sobre a violência de gênero, é necessário considerar o contexto social, cultural e econômico no qual a mulher está inserida, uma vez que tais questões dão suporte para se planejar formas de oferecer atendimento e cuidado e esta mulher.

Assim, considerando a constituição da subjetividade submissa da mulher nordestina, compreende-se que esta pode manter condições de violência, na qual muitas mulheres permanecem devido ao contexto social reafirmar seu lugar de dependência à dominação de seus agressores. Percebe-se também que sua identidade é compreendida com referência ao ideal masculino, quando a mulher assume comportamentos assertivos e independentes.

Diante disso, há ainda muito a se conquistar socialmente para transformar os discursos sobre as mulheres fundamentados na supremacia masculina. O ideal social estruturado pelo patriarcado sobre o ser mulher nos discursos, ainda define a figura feminina como frágil e dependente de uma figura masculina para ter apoio e ser bem aceita dentro de sua estrutura social, enquanto o homem é detentor de um poder social e culturalmente concedido.

Romper com os discursos aceitos e confirmados socialmente sobre o ser mulher não é uma tarefa simplória, uma vez que a base histórica da sociedade é reafirmada pelo patriarcado machista, o que reduz o ser feminino como sendo incapaz e frágil, não conseguindo ser aceita e afirmada sem um homem ao seu lado.

Cabe à psicologia a partir de um olhar crítico e politizado, transformar tais visões, rompendo o ideal de imaginário social do ser mulher. Sendo a categoria profissional predominantemente feminina, a psicologia traz uma representatividade marcante que através de um processo psicoeducativo pode vir a contribuir para um novo discurso no tocante ao ser mulher. Para tal, necessita-se ainda de muita pesquisa e estudos relacionados à temática trazida nesse trabalho que possibilite uma articulação entre o cultural, o social, o político e o psíquico, que compõem o tornar-se mulher.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. R.; SILVA, A. T. M. C.; MACHADO, L. S. O objeto, a finalidade e os instrumentos do processo de trabalho em saúde na atenção à violência de gênero em um serviço de atenção básica. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 18, n. 48, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/icse/2014.v18n48/47-60/pt>>. Acesso em 18. nov.2020.

AZÊREDO, S. **Preconceito contra a “mulher”:** diferença, poemas e corpos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

AZEVEDO, A. K. ; DUTRA, E. M. Era uma vez uma história sem história: pensando o ser mulher no nordeste. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del-Rei, v. 14, n. 2, p. 1-14 2019. Disponível em: <[http://seer.ufsj.edu.br/index.php/revista\\_ppp/article/view/e2800/2123](http://seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/e2800/2123)>. Acesso em: 26 mar. 2020.

BARROS, A.P. A construção da imagem da mulher por meio do discurso masculino: uma análise a partir das relações de gênero e poder. *IN: 13 CONGRESSO MUNDOS DE MULHERES E FAZENDOGÊNERO*, 11, 2017. **Anais eletrônicos [...]** Florianópolis: 2017. 01-12 p. Disponível em: <[http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498219873\\_ARQUIVO\\_textocompletofazendogenerodoc.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498219873_ARQUIVO_textocompletofazendogenerodoc.pdf)>. Acesso em: 15. nov. 2020.

BASSANEZI, C. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORE, M.D. (Org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. 4.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BIROLI, F. “O feminismo e a política”. In: MIGUEL, L.F. (orgs). **Feminismo e Política**. São Paulo: Bomtempo, 2014.

BONFIM, C. R. S. Apontamentos sobre os preconceitos de gênero e a violência contra a mulher no Brasil. **Revista espaço acadêmico**, v.16, n. 183, p. 27-29, 2016.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BRAHIM, A.C.. Do estruturalismo à concepção discursiva de língua: os impactos na pedagogia de leitura em língua estrangeira. **Revista Intersaberes**, vol. 8, n.16, p.108-130| jul. – dez. 2013| ISSN 1809–7286. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/2400>>. Acesso em: 29. nov. 2020.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DA SILVA, Maria de Fátima Parentes et al. Formas de violência contra mulheres de uma cidade do nordeste do Brasil. **Revista de Pesquisa em Saúde**, v. 12, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahuufma/article/view/922/611>>. Acesso em 25. nov.2020.

DE ARAÚJO, B. et al. Análise da prevalência dos tipos de violência contra a mulher na região nordeste. **Journal of Medicine and Health Promotion**, v. 4, n. 1, p. 1086-1095, 2019. Disponível em:

<<http://jmhp.fiponline.edu.br/pdf/cliente=13be613bb5bc1c39e88896699aa4c636b3.pdf>>.

Acesso em 25. nov.2020.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FALCI, Miridan Knox. "Mulheres do sertão nordestino". In: DEL PRIORE, M. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

FIRMINO, F.H., PORCHAT, P. Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler. **Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, v. 19, n.01, p. 51-61, jan/jun, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/10819/7005>>. Acesso em: 15.nov.2020.

FONSECA, D.; RIBEIRO, C.; LEAL, N. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. **Psicologia e Sociedade**, João Pessoa, v. 24, n. 2, p. 307-314, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n2/07.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola,1996.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 1986.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HANADA, H. **Os psicólogos e a assistência a mulheres em situação de violência**. 2008. Tese (Doutorado)- Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. São Paulo. p. 222. 2007. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/seguranca-publica/monografias/dissertacao-heloisa-hanada.pdf>>. Acesso em 18. nov.2020.

KATREIN, L. Gênero e imaginário social nas capas de veja. *IN: 13 CONGRESSO MUNDOS DE MULHERES E FAZENDO GÊNERO*, 11, 2017. **Anais eletrônicos [...]** Florianópolis: 2017. 01-12 p. Disponível em:

<[http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1500248599\\_ARQUIVO\\_GenroeimaginariosocialnascapasdeVeja.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1500248599_ARQUIVO_GenroeimaginariosocialnascapasdeVeja.pdf)>. Acesso em: 16. nov. 2020.

LAURETIS, T. A Tecnologia do Gênero In: BUARQUE, H. (Org.). *Tendências e Impasses: O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LEAL, S. M. "Lugares de (não) ver?": as representações sociais da violência contra a mulher na atenção básica de saúde. Tese (Pós-graduação em enfermagem)- Escola de enfermagem da universidade federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p.310. 2010.

Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/28043>>. Acesso em 25. nov.2020.

LEAL, V.N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LIMA, F. et al. A influência da construção de papéis sociais de gênero na escolha profissional. **Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v.19, n.1, p. 33-50,

2017. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/10818>>. Acesso em: 9 jun. 2020.

LINS, D. **Lampião: o homem que amava as mulheres**. São Paulo: Annablume, 1997.

LIRA, K. F. “Mulher macho, sim sinhô”? Refletindo sobre relações de gênero e violências contra mulheres do sertão de Pernambuco. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 52, p. 71-90, 2018. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/12186>>. Acesso em: 24 maio. 2020.

MAFFESOLI, Michel. Entrevista: O imaginário é uma realidade. *Revista Famecos*, n.15, 2001.

MASARO, L. Reconciliação com a História: Foucault do Estruturalismo ao Pós-Estruturalismo. **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea**, Brasília, v.6, n.1, jul. 2018, p. 379-400 ISSN: 2317-9570. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/fmc/article/view/20416>>. Acesso em: 24. maio. 2020.

MELO, I. Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. **Revista eletrônica de divulgação científica em língua portuguesa, linguística e literatura**, v. 5, n. 11, 2010. Disponível em: <http://www.letramagna.com/adeacd.pdf>. Acesso em: 27. Set. 2020.

MONTEIRO, F. **O papel do psicólogo no atendimento às vítimas e autores de violência doméstica**. Tese (Monografia)- Faculdade de Ciências da Educação e Saúde do Centro Universitário de Brasília. Brasília, p.63. 2012. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/2593/3/20820746.pdf>. Acesso em 19. nov.2020.

OBSERVATÓRIO da mulher contra a violência. Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv>. Acesso em: 29. Set. 2020.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F. HAK, T. (Orgs.). Por uma análise automática do discurso – introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1990.

PEREIRA, A. A; PRÓCHNO, C.C. Sentidos produzidos a partir do discurso sobre o corpo feminino na publicidade. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v.17, n.2, p.76-86, 2017. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rs/v17n2/08.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

PORTO, M.; BUCHER-MALUSCHKE, J. S. N. F. A permanência de mulheres em situações de violência: considerações de psicólogas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v.30, n. 3, p. 267-276, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ptp/v30n3/04.pdf>. Acesso em 19. nov. 2020.

PROVIDELLO, G.; YASUI, S. A loucura em Foucault: arte e loucura, loucura e desrazão. **História, Ciências, Saúde**. Rio de Janeiro, v.20, n.4, p.1515 – 1529, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v20n4/0104-5970-hcsm-20-04-01515.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2020.



RAMOS, A. R. Violência contra a mulher no nordeste contemporâneo: a violência de gênero na cultura nordestina. *IN: XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE*, 11. 2015. **Anais eletrônicos[...]** 2015. p. 1-12 .Disponível em [http://editorarealize.com.br/editora/anais/conages/2015/TRABALHO\\_EV046\\_MD1\\_SA8\\_ID1092\\_04052015175319.pdf](http://editorarealize.com.br/editora/anais/conages/2015/TRABALHO_EV046_MD1_SA8_ID1092_04052015175319.pdf). Acesso em 26. nov.2020.

REIS, A. A. O atendimento psicológico às mulheres em situação de violência no Centro de Referência Maria do Pará: um balanço após dois anos de funcionamento. **Revista do NUFEN**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 134-139, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rnufen/v2n1/a08.pdf>. Acesso em 19. nov. 2020.

ROZÁRIO, N. O papel do psicólogo no empoderamento de mulheres em situação de violência: um estudo no CRAM Petrópolis. *IN: XII SEMANA ACADÊMICA DO CENTRO DE TEOLOGIAS E HUMANIDADES*, 13. 2019. **Anais eletrônicos[...]** Petrópolis: Universidade Católica de Petrópolis, 2019, 01- 159p. Disponível em: [https://www.ucp.br/images/UCP/UNIVERSIDADE/PUBLICACOES/Anais\\_Semana\\_CTH\\_2019.pdf#page=129](https://www.ucp.br/images/UCP/UNIVERSIDADE/PUBLICACOES/Anais_Semana_CTH_2019.pdf#page=129). Acesso em 19. nov.2020.

SANTAELLA, L., NÖTH, W. **Imagem, Cognição, Semiótica, Mídia**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

SILVA, R. A. et al. Enfrentamento da violência infligida pelo parceiro íntimo por mulheres em área urbana da região Nordeste do Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v.46, n. 6, p. 1014-1022, 2012. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/rsp/2012.v46n6/1014-1022/pt/>. Acesso realizado em 20. nov. 2020.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1990.

SHARPE, J. A história vista de baixo. In: Peter Burke (org.). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

TIMM, F. B.; PEREIRA, O. P.; GONTIJO, D. C. Psicologia, violência contra mulheres e feminismo: em defesa de uma clínica política. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 247-259, 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3898870>. Acesso em 20. nov.2020.